



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

**Registro de preços para eventual prestação de serviços de
emissão de certificados digitais pessoa física A3 ICP-Brasil
e de visitas externas para validações “*in company*”**



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Sumário

1. Objeto da Contratação	3
2. Fundamentação da Contratação	3
2.1. Motivação	3
2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios	3
2.3. Alinhamento Estratégico	4
2.4. Estudos Preliminares do Objeto	4
2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada	4
2.6. Objetos Disponíveis.....	4
2.7. Caracterização e Composição do Objeto	4
2.8. Parcelamento e Adjudicação.....	5
2.9. Seleção do Fornecedor	5
2.10. Modalidade e Tipo de Licitação.....	5
2.11. Impacto Ambiental.....	6
2.12. Obrigações da Contratante	6
2.13. Obrigações da Contratada	6
2.14. Custo estimado da contratação.....	8
3. Especificação Técnica Detalhada	8
3.1. ITEM 1 – Prestação de serviço de emissão, com validade por 36 meses, de certificado digital para pessoa física, do tipo A3, padrão ICP-Brasil, instalado em novo token criptográfico a ser fornecido pela Contratada	8
3.2. ITEM 2 – Prestação de serviço de visita técnica externa “in company” de agente da Contratada para realização da validação presencial em qualquer um dos cartórios das zonas eleitorais do TRE/SC	11
3.3. ITEM 3 – Prestação de serviço de visita técnica externa “in company” de agente da Contratada para realização da validação presencial na Sede do TRE/SC em Florianópolis/SC.	15
Anexo I – Plano de Fiscalização	17
1 Execução e Gestão do Contrato	17
1.1 Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma	17
1.2 Instrumentos Formais.....	19
1.3 Prazos de Garantia.....	19
1.4 Acompanhamento do Contrato	19
1.5 Recebimento Provisório e Definitivo	19
1.6 Pagamento	20
1.7 Descumprimento Contratual.....	20
1.8 Penalidades.....	20



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. Objeto da Contratação

O objeto desta contratação é o registro de preços para eventual prestação de serviços de emissão de certificados digitais pessoa física A3 IC-Brasil, incluindo o fornecimento de tokens criptográficos, e de serviços de visitas técnicas externas para validações “in company”.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A implantação e a ampliação dos processos eletrônicos no âmbito da Justiça Eleitoral implicam o uso de sistemas digitais, bem como a produção e o trâmite de documentação eletrônica. A migração de procedimentos e serviços para o meio digital, em consonância com a evolução tecnológica das ferramentas e formas de trabalho, demanda a implementação de mecanismos de segurança que garantam a autenticidade dos documentos digitais produzidos e que tramitam nos diversos sistemas eletrônicos utilizados por juízes eleitorais, servidores e a sociedade em geral.

O certificado digital é o mecanismo que permite a realização de assinaturas e outras operações em documentos virtuais com a mesma validade jurídica que em documentos físicos. De acordo com o art. 10 da MP nº 2.200-2, os documentos eletrônicos assinados digitalmente com o uso de certificados emitidos no âmbito da ICP-Brasil têm a mesma validade jurídica que os documentos em papel com assinaturas manuscritas. As assinaturas digitais feitas por certificados digitais têm características importantes como confidencialidade, autenticidade e integridade, permitindo, assim, sua aplicação na assinatura de documentos eletrônicos, assinatura de e-mails, acesso a aplicações e à rede de dados, entre outras destinações.

Desse modo, dada a importância fundamental desse recurso na execução de inúmeras tarefas, e visando garantir características de autoria, integridade e confiabilidade às informações digitais nos seus diversos sistemas e aplicações, o TRE/SC planeja a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão, sob demanda, de certificados digitais para pessoas físicas tipo A3 ICP-Brasil.

2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

O objetivo da presente contratação é prover o TRE/SC de recursos tecnológicos necessários à utilização dos sistemas que façam uso da certificação digital. Com a contratação de certificados digitais e mídias criptográficas para seu armazenamento, o TRE/SC pretende-se alcançar os seguintes benefícios:

- Garantir a autenticidade, integridade e o não repúdio das transações realizadas;
- Garantir a segurança das informações trafegadas por meio dos acessos realizados às aplicações disponibilizadas pelo órgão regional da Justiça Eleitoral em Santa Catarina;

Como resultado, espera-se que a Justiça Eleitoral catarinense seja capaz de aumentar e manter os serviços que fazem uso de certificado digital com elevado padrão de desempenho, qualidade e confiabilidade a seus clientes internos e à sociedade em geral, permitindo o alcance dos seus objetivos e da sua missão institucional.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PETI	RE1 – Satisfação dos usuários de TIC. RE2 – Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC.
PDTI	AE06 – Manter parque tecnológico atualizado.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE/SC, bem como os Estudos Preliminares constantes do Processo Administrativo Eletrônico nº. 5.196/2020.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Item	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Prestação de serviço de emissão, com validade por 36 meses, de certificado digital para pessoa física, do tipo A3, padrão ICP-Brasil, instalado em novo token criptográfico a ser fornecido pela Contratada.	300 (trezentas) unidades	300 (trezentas) unidades
2	Prestação de serviço de visita técnica externa “in company” de agente da Contratada para realização da validação presencial em qualquer um dos cartórios das zonas eleitorais do TRE/SC.	100 (cem) unidades	100 (cem) unidades
3	Prestação de serviço de visita técnica externa “in company” de agente da Contratada para a realização da validação presencial na Sede do TRE/SC em Florianópolis.	100 (cem) unidades	100 (cem) unidades

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Os objetos a serem contratados possuem características comuns e usuais encontradas atualmente no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme especificações técnicas constantes do item 3 deste documento e quantidades estabelecidas na tabela abaixo:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Grupo	Item	Descrição do objeto	Quantidade a ser registrada
1	1	Registro de preços para eventual contratação de prestação de serviço de emissão, com validade por 36 meses, de certificado digital para pessoa física, do tipo A3, padrão ICP-Brasil, instalado em novo token criptográfico a ser fornecido pela Contratada , conforme especificações técnicas contidas no item 3.1 deste Projeto Básico.	300 (trezentas) unidades
	2	Registro de preços para eventual contratação de prestação de serviço de visita técnica externa “in company” de agente da Contratada para realização da validação presencial em qualquer um dos cartórios das zonas eleitorais do TRE/SC , conforme especificações técnicas contidas no item 3.2 deste Projeto Básico.	100 (cem) unidades
	3	Registro de preços para eventual contratação de prestação de serviço de visita técnica externa “in company” de agente da Contratada para a realização da validação presencial na Sede do TRE/SC em Florianópolis , conforme especificações técnicas contidas no item 3.3 deste Projeto Básico.	100 (cem) unidades

2.8. Parcelamento e Adjudicação

No contexto da contratação e de acordo com os requisitos levantados, verifica-se que o objeto pode ser parcelado em itens e que o parcelamento não traz prejuízo para o objetivo final da contratação. Por se tratarem de serviços opcionais, as visitas externas podem ser cotadas separadamente dos certificados digitais fornecidos em tokens criptográficos.

A adjudicação dos itens do Grupo 1 deverá ser realizada para um único fornecedor, dado que os serviços agrupados são intrinsecamente relacionados, estando cada visita (item 2 ou 3) atrelada a emissão de uma unidade de certificado digital (item 1).

2.9. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de licitação, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.10. Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”, por meio do Sistema de Registro de Preços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.11. Impacto Ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não há necessidade de adequações.
Infraestrutura Elétrica	
Logística de Implantação	
Espaço Físico	
Mobiliário	
Impacto Ambiental	

2.12. Obrigações da Contratante

- I. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;
- II. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Gestão de Serviços de TI do TRE/SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/93;
- III. Efetuar o recebimento definitivo em até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para os itens cujo valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais); ou 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para os itens cujo valor total contratado ficar acima de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

2.13. Obrigações da Contratada

- I. Entregar os objetos no prazo, nas especificações e nas quantidades constantes neste Termo de Referência, assim como com as características descritas na proposta;
- II. Emitir os certificados digitais sob demanda, em qualquer quantitativo demandado no pedido;
- III. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos de que trata este item não interromperá a multa por atraso prevista na licitação. Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
- IV. Conferir garantia de adequação dos produtos (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- V. Informar ao Gestor do Contrato os dados de contato de representante ou área da empresa para qual serão encaminhadas e recebidas informações referentes ao controle das emissões e validações presenciais nos pontos ou nos locais de trabalho, visando a ágil e efetiva coordenação da execução dos serviços contratados entre as partes;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- VI. Apresentar ao Gestor do Contrato, tão logo assinada a Ata de Registro de Preços, a relação, contendo o endereço, telefone e horário de funcionamento, dos seus pontos de atendimento no estado de Santa Catarina habilitados a emitir os certificados contratados, sendo obrigatória a existência de ponto, ao menos, na cidade de Florianópolis/SC;
- VII. Informar ao Gestor do Contrato sempre que houver qualquer alteração em sua rede de atendimento no estado de Santa Catarina, tais como, atualização de endereço, telefone, inclusão e exclusão de pontos de atendimento;
- VIII. Disponibilizar, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE/SC, a relação de vouchers (ou instrumento equivalente) para a realização, pelos servidores, das solicitações de certificados por meio de aplicação web baseada na Internet;
- IX. Disponibilizar aplicação web baseada na Internet, que possibilite ao usuário: a) informar seus dados cadastrais e solicitar a emissão do seu certificado digital pessoa física A3 ICP-Brasil; e b) agendar a data da validação presencial, de dois modos: i) em um dos pontos de atendimento da rede da AC/AR de sua escolha; ii) por meio de “visita externa”, de agente habilitado da Contratada, para validação e emissão no local de trabalho do servidor;
- X. Conceder acesso ao Gestor do Contrato a aplicação web baseada na Internet, que permita o gerenciamento dos vouchers e das emissões realizadas;
- XI. Informar prontamente ao Gestor do Contrato todos os agendamentos e cronogramas de visitas e emissões, para fins de fiscalização e controle da execução contratual.
- XII. Entregar, até o quinto dia útil do mês, via e-mail ao Gestor do Contrato, juntamente com a nota fiscal para faturamento, o relatório mensal de certificados digitais emitidos, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo, CPF e data da emissão;
- XIII. Disponibilizar Central de Atendimento para abertura e finalização de chamados de suporte técnico, pelo menos no horário das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados. A Central de Atendimento poderá ser acionada por telefone, e-mail e pela Internet. No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Contratante um número único de identificação do chamado;
- XIV. Realizar verificação se houve autorização para realização de visita externa para o solicitante, antes da prestação do serviço, ficando o TRE/SC desobrigado do pagamento de qualquer valor relativo a visita externa não autorizada previamente pelo Gestor do Contrato.
- XV. Entrar em contato com o servidor solicitante em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação, a fim de informar as datas e horários disponíveis e agendar a realização da visita técnica para validação e emissão do certificado em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da data da solicitação, caso a aplicação web não seja capaz de informar automaticamente, no momento da solicitação, as datas e horários disponíveis para a visita técnica “in company”.
- XVI. Providenciar os equipamentos, os materiais e a infraestrutura - inclusive o acesso à Internet (se necessário) - indispensáveis à realização das validações e emissões dos certificados digitais, sem qualquer ônus para o TRE/SC;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- XVII. Arcar com as despesas de transporte, alimentação, hospedagem e quaisquer outras envolvidas na realização da visita técnica do agente para emissão dos certificados digitais;
- XVIII. Manter ponto de atendimento para emissão/validação dos certificados na cidade de Florianópolis/SC, durante a vigência do registro de preços;
- XIX. Não transferir a outrem no todo ou parte o objeto contratado sem prévia anuência do TRE/SC;
- XX. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.14. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM/SAO.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. ITEM 1 – Prestação de serviço de emissão, com validade por 36 meses, de certificado digital para pessoa física, do tipo A3, padrão ICP-Brasil, instalado em novo token criptográfico a ser fornecido pela Contratada

3.1.1. Requisitos Técnicos

#	Requisito Técnico
Do certificado digital pessoa física A3 ICP-Brasil	
1.01	Padrão ICP-Brasil, totalmente aderente aos requisitos, instruções normativas e às resoluções da ICP-Brasil e do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.
1.02	Certificado pessoa física tipo A3, com validade de 36 meses a partir da emissão, gerado e armazenado em uma nova mídia criptográfica tipo token USB a ser fornecida sem custo adicional ao TRE/SC.
1.03	Emitido por Autoridade Certificadora (AC) credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
1.04	Deverá utilizar algoritmos de criptografia e de assinatura digital, bem como tamanho das chaves e hashes conforme padrões definidos pela ICP-Brasil.
1.05	Emitido sob a mais recente e atual hierarquia da ICP-Brasil.
1.06	Importada a cadeia de certificação completa para o token criptográfico USB.
1.07	Suportar uso para assinatura de documentos digitais, mensagens de correio eletrônico e autenticação de cliente.
1.08	A Contratada deverá ser uma Autoridade de Registro (AR) vinculada a Autoridade Certificadora (AC) credenciada pela ICP-Brasil, ou ser a própria Autoridade Certificadora.
1.09	O presente item engloba o respectivo serviço de Autoridade de Registro.
Do token criptográfico	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.10	Cada certificado deverá ser entregue e instalado em uma nova mídia criptográfica tipo token USB a ser fornecida pela Contratada, sem custo adicional ao TRE/SC.
1.11	Modelo homologado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) ou por Organismo de Certificação de Produtos (OCP) acreditado pelo INMETRO.
1.12	Compatível com o certificado digital cotado, sendo utilizado para a geração do par de chaves criptográficas e armazenamento da chave privada e do certificado.
1.13	Capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias completas de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil.
1.14	Conector USB tipo "A", compatível com a versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0).
1.15	Permitir conexão direta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura.
1.16	Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits.
1.17	Carcaça de material resistente à queda e violação.
1.18	Driver e programa de gerenciamento para os sistemas operacionais Microsoft Windows 7, Microsoft Windows 10 e Linux.
1.19	Suporte às APIs Microsoft CAPI e PKCS#11.
1.20	Proteger o acesso ao dispositivo por PIN (Personal Identification Number) de, no mínimo, 6 (seis) caracteres alfanuméricos.
1.21	Armazenar chaves privadas em repositório de dados próprio, controlado pela solução.
1.22	Permitir o desbloqueio do PIN do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key).
1.23	Implementar troca obrigatória da senha padrão no primeiro acesso.
1.24	O software de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil e deve permitir: a) gerenciamento do dispositivo; b) exportação de certificados armazenados no dispositivo; c) importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; d) importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; e) visualização de certificados armazenados no dispositivo; f) remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; g) reutilização de dispositivos bloqueados, através de apagamento total dos dados e geração de nova senha de acesso.
1.25	As mídias token deverão ser novas, não reconcondicionadas, de primeiro uso e não deverão conter marcas, amassados, arranhões ou outras avarias e, ainda, serem entregues em pleno estado de funcionamento.
Da validação e emissão	
1.26	Por validação entende-se o momento – que compõe o processo de emissão do certificado digital – quando é verificada e confirmada a identidade da pessoa física, conferida a documentação obrigatória legalmente exigida e realizada a coleta dos dados biométricos.
1.27	É obrigatória, no momento da validação, a realização de coleta das informações biográficas e biométricas do solicitante, esta última de acordo com as normas da ICP-Brasil, sendo que todos os dados coletados deverão ser mantidos em sigilo na Autoridade Certificadora e no Prestador de Serviço Biométrico (PSBio).
1.28	Por padrão, a validação ocorrerá na forma presencial, sem custo adicional ao TRE/SC, em um dos pontos de atendimento da rede da AC/AR, salvo se houver contratação, pelo TRE/SC, do Item 2 ou do Item 3, relativos a visita técnica "in company" para validação no cartório eleitoral (Item 2) ou na Sede do TRE/SC (Item 3), para o servidor solicitante.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.29	O Gestor do Contrato informará, após o recebimento pela Contratada do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE/SC, a relação dos servidores que receberão visitas externas “in company”, por meio da contratação, pelo TRE/SC, do Item 2 e/ou do Item 3 deste Termo de Referência.
1.30	Somente os servidores presentes na relação enviada pelo Gestor do Contrato terão direito a receberem visitas externas “in company”, devendo a Contratada realizar a verificação antes da prestação do serviço de visita externa, ficando o TRE/SC desobrigado do pagamento de qualquer valor relativo a visita externa não autorizada previamente pelo Gestor do Contrato.
1.31	A Contratada deverá disponibilizar, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE/SC, a relação de vouchers (ou instrumento equivalente) para a realização, pelos servidores, das solicitações de certificados por meio de aplicação web baseada na Internet.
1.32	A Contratada deverá conceder acesso, ao Gestor do Contrato, a aplicação web baseada na Internet, que permita o gerenciamento dos vouchers e das emissões realizadas.
1.33	A Contratada deverá disponibilizar aplicação web baseada na Internet, que possibilite ao usuário: a) informar seus dados cadastrais e solicitar a emissão do seu certificado digital pessoa física A3 ICP-Brasil; e b) agendar a data da validação presencial, optando por: i) realizar a validação em um dos pontos de atendimento da rede da AC/AR de sua escolha; ou, ii) realizar a validação presencial no seu local de trabalho, por meio de visita externa “in company” de agente habilitado da Contratada para validação e emissão do certificado.
1.34	Caso o servidor opte pela realização da validação presencial em ponto de atendimento da rede da AC/AR, a aplicação web deverá informar as datas e horários disponíveis para o atendimento, permitindo o agendamento da data e horário escolhidos pelo servidor, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da data da solicitação.
1.35	Caso o servidor informe que a validação presencial será no local de trabalho (visita técnica “in company”), a aplicação web deverá informar as datas e horários disponíveis para o atendimento, permitindo o agendamento da data e horário escolhidos pelo servidor. Caso a aplicação não tenha condições de informar, no momento da solicitação, automaticamente, as datas e horários disponíveis para atendimento no local de trabalho do servidor, a aplicação deverá efetivar a solicitação e a Contratada deverá entrar em contato com o servidor solicitante em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação, a fim de informar as datas disponíveis e agendar a realização da visita técnica para validação e emissão do certificado em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da data da solicitação.
1.36	Cada ponto de atendimento deverá estar plenamente apto a realizar a validação presencial, assegurando-se da existência de mídia criptográfica para possibilitar a emissão do certificado digital na data agendada pelo usuário.
1.37	É obrigatória a existência de ponto de atendimento presencial para validação na cidade de Florianópolis/SC.

3.1.2. Código SIASG

Código: 27189.

3.1.3. Vigência

O contrato terá vigência da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.2. ITEM 2 – Prestação de serviço de visita técnica externa “in company” de agente da Contratada para realização da validação presencial em qualquer um dos cartórios das zonas eleitorais do TRE/SC

3.2.1. Requisitos Técnicos

#	Requisito Técnico
1	Visita técnica externa “in company” a ser realizada em cartório eleitoral do TRE/SC
1.01	Compreende a contratação de serviço <u>adicional</u> para deslocamento de agente habilitado da Contratada a <u>qualquer um</u> dos endereços relacionados na Tabela 1 apresentada a seguir, para a realização dos procedimentos de validação e emissão de certificados digitais.
1.02	O presente item trata, tão somente, da prestação de serviço de visita externa para validação “in company” e sempre será contratado em conjunto com as respectivas unidades do Item 1 (certificados). Assim, o valor unitário deste item não deverá englobar o valor unitário do certificado, de modo a não haver duplicação de pagamento para o mesmo objeto.
1.03	O preço cotado para este item deverá ser único para todos os endereços da Tabela 1, ou seja, o preço da visita técnica deverá ser o mesmo, qualquer que seja a localização do cartório onde haverá a prestação do serviço de validação e emissão de certificado digital.
1.04	As visitas técnicas deste item ocorrerão nos endereços dos cartórios eleitorais, e serão realizadas dentro do horário de expediente do cartório eleitoral.
1.05	A relação dos endereços dos cartórios apresentada na Tabela 1 apresentada a seguir não pressupõe a realização de visitas e emissões em todas as zonas eleitorais listadas. As visitas ocorrerão somente nos cartórios onde houver demanda por certificado digital.
1.06	A visita externa “in company” a ser realizada no mesmo endereço poderá ser aproveitada para a realização de mais de uma validação e emissão de certificados digitais, independentemente se os servidores são do mesmo cartório/zona eleitoral, conforme quantidade previamente solicitada, até o limite de 10 (dez) validações e emissões por visita.
1.07	Como exemplo, caso 1 (um) servidor do cartório eleitoral da 26ª ZE – Rio do Sul e 1 (um) servidor do cartório eleitoral da 102ª ZE – Rio do Sul necessitem de novos certificados, porém não exista ponto de atendimento da AC/AR na região, o TRE/SC faria pedido de 2 (duas) unidades do Item 1 (certificados) e de apenas 1 (uma) unidade do Item 2 (visita técnica “in company” em cartório eleitoral), vez que ambos trabalham no mesmo endereço.
1.08	A visita técnica “in company” deverá ocorrer em um prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da solicitação, pelo usuário, da emissão do certificado digital no sistema web.
1.09	O agente da empresa Contratada deverá comparecer no endereço com antecedência adequada ao início das atividades de emissão dos certificados para realização das configurações necessárias em seus equipamentos.
1.10	A eventual necessidade de utilização de equipamentos e acessórios de informática, necessários à realização de todas as atividades de validação e emissão dos certificados, deverá ser suprida pela Contratada.
1.11	Não será permitida a inclusão do computador da empresa Contratada na rede do TRE/SC e também não será permitida a utilização de qualquer equipamento do TRE/SC.
1.12	O TRE-SC não garantirá acesso à Internet no momento da visita técnica no cartório eleitoral.
1.13	Na impossibilidade de comparecimento do servidor no período programado, o serviço de visita será considerado prestado e a visita poderá ser reagendada.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TABELA 1 – Relação dos endereços dos cartórios das zonas eleitorais do TRE/SC:

Zona Eleitoral	Município-Sede	Endereço
71	Abelardo Luz	Av. Pe. João Smedt, 1274 - 89830-000
52	Anita Garibaldi	Av. Eduardo Salmoria 485 - 88590-000
1	Araranguá	Av. Cel. João Fernandes, 1234 - 88905-478
56	Balneário Camboriú	R. 2850, 470, Ed. San Salvatore - 88330-363
103	Balneário Camboriú	R. 2850, 470, Ed. San Salvatore - 88330-363
68	Balneário Piçarras	Av. Getúlio Vargas, 123 - 88380-000
2	Biguaçu	R. Hermógenes Prazeres, 277 - 88160-152
3	Blumenau	Praça Victor Konder, 60, Centro - 89010-150
88	Blumenau	Praça Victor Konder, 60, Centro - 89010-150
4	Bom Retiro	R. Anita Garibaldi, 343, sala 1 - 88680-000
44	Braço do Norte	R. Bernardo Locks, 148, sala 208 - 88750-000
5	Brusque	R. Humberto Mattioli, 78 - 88350-140
86	Brusque	R. Humberto Mattioli, 78 - 88350-140
6	Caçador	R. Victor Baptista Adami, 919, sala 1 - 89500-196
69	Campo Erê	R. Osvaldo Dário Dall'igna, 794, Sala 2 - 89980-000
7	Campos Novos	R. Cel. Farrapo, 428 - 89620-000
8	Canoinhas	R. Marechal Floriano, 959 - 89460-166
37	Capinzal	R. Narciso Barison, 171 - 89665-000
35	Chapecó	Av. Nereu Ramos, 1841/E, Centro - 89805-018
94	Chapecó	Av. Nereu Ramos, 1841/E, Centro - 89805-018
9	Concórdia	R. Ângelo Ari Biezu, 69, Térreo - 89700-194
90	Concórdia	R. Ângelo Ari Biezu, 69, Térreo - 89700-194
10	Criciúma	Av. Getulio Vargas, 361, Palácio do Estado - 88801-500
92	Criciúma	Av. Getulio Vargas, 361, Palácio do Estado - 88801-500
98	Criciúma	Av. Getúlio Vargas, 361, Palácio do Estado - 88801-500
11	Curitibanos	Av. Adv. Sebastiao Calomeno, 140 - 89520-000
50	Dionísio Cerqueira	Av. Santa Catarina, 218 - 89950-000
12	Florianópolis	Av. Rio Branco, 797 - 88015-203
13	Florianópolis	Av. Rio Branco, 797 - 88015-203
100	Florianópolis	Av. Rio Branco, 797 - 88015-203
77	Fraiburgo	R. Albano Burguer, 45, sala 3 - 89580-000
64	Gaspar	R. Jackceia de Andrade, 66 - 89114-820
60	Guaramirim	R. 28 de Agosto, 2000 - 89270-000
14	Ibirama	R. Dr. Getúlio Vargas, 560, Térreo - 89140-000



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

79	Içara	R. Vitória, 201, Centro - 88820-000
62	Imaruí	R. Antonio Bittencourt Capanema, S/N - 88770-000
73	Imbituba	Av. Santa Catarina, 186 - 88780-000
15	Indaial	R. Mar. Floriano Peixoto, 35, sala 10 - 89080-063
38	Itaiópolis	R. Carril Pflanzner, 69 - 89340-000
16	Itajaí	Av. José Eugênio Muller, 406 - 88303-170
97	Itajaí	Av. José Eugênio Muller, 406 - 88303-170
91	Itapema	Av. Nereu Ramos, 1180 - 88220-000
65	Itapiranga	R. São Bonifácio, 280, Ed. Peperi, Térreo - 89896-000
39	Ituporanga	R. Major Generoso, 45, Térreo - 88400-000
17	Jaraguá do Sul	R. Angelo Schiochet, 90 - 89251-520
87	Jaraguá do Sul	R. Angelo Schiochet, 90 - 89251-520
18	Joaçaba	Av. XV de Novembro, 12, sala 02 - 89600-000
85	Joaçaba	Av. XV de Novembro, 12, sala 02 - 89600-000
19	Joinville	R. Jaguaruna, 38 - 89201-450
76	Joinville	R. Jaguaruna, 38 - 89201-450
95	Joinville	R. Jaguaruna, 38 - 89201-450
96	Joinville	R. Jaguaruna, 38 - 89201-450
105	Joinville	R. Jaguaruna, 38 - 89201-450
21	Lages	Av. Belizário Ramos, 3800, Bloco B - 88502-100
93	Lages	Av. Belizário Ramos, 3800, Bloco B - 88502-100
104	Lages	Av. Belizário Ramos, 3800, Bloco B - 88502-100
20	Laguna	R. Cel. Fernandes Martins, 470 - 88790-000
22	Mafra	Av. Cel. José Severiano Maia, 548 - 89300-000
58	Maravilha	Av. Anita Garibaldi, 1012, Sala 01 - 89874-000
83	Modelo	R. XV de Novembro, 476 - 89872-000
106	Navegantes	R. Anibal Gaya, 525 - 88370-474
23	Orleans	R. Antônio S. Cascaes, 140 - 88870-000
24	Palhoça	R. Najla Carone Guedert, 951 - 88132-150
41	Palmitos	R. Visconde do Rio Branco, 932, sala 2 - 89887-000
81	Papanduva	R. Nereu Ramos, 2983, Salas 10/11 - 89370-000
66	Pinhalzinho	Av. Capitão Anizio, 1037 - 89870-000
55	Pomerode	R. XV de Novembro, 700, Fórum Estadual - 89107-000
63	Ponte Serrada	Av. XV de Novembro, 86, sala 2 - 89683-000
25	Porto União	R. Matos Costa, 344 - 89400-000
78	Quilombo	Av. Ernesto Bertaso, 1300, sala 5 - 89850-000
26	Rio do Sul	R. Julio Roussenq Filho, 265 - 89160-000



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

102	Rio do Sul	R. Júlio Roussenq Filho, 265 - 89160-000
74	Rio Negrinho	R. Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo - 89295-000
51	Santa Cecília	Av. XV de Novembro, Esq. Antonio Medeiros - 89540-000
67	Santo Amaro da Imperatriz	R. Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01 - 88140-000
30	São Bento do Sul	R. Henrique Schwarz, 554, sala 4 - 89280-115
70	São Carlos	R. La Salle, 228, Centro - 89885-000
27	São Francisco do Sul	R. Barão do Rio Branco, 377, sala 300 - 89240-000
53	São João Batista	R. Ex-Combatente Narciso Cim, 92, Térreo - 88240-000
28	São Joaquim	R. Boanerges Pereira de Medeiros, 13 - 88600-000
29	São José	Av. Beira-Mar São José, esq. Luiz Fagundes - 88103-500
84	São José	Av. Beira-Mar São José, esq. Luiz Fagundes - 88103-500
49	São Lourenço do Oeste	R. Rui Barbosa, 830, Térreo - 89990-000
45	São Miguel do Oeste	R. Marquês Herval, 977 - 89900-000
82	São Miguel do Oeste	R. Marquês Herval, 977 - 89900-000
61	Seara	R. Sétimo Casarotto, 98, Sala 2 - 89770-000
54	Sombrio	R. Santo Antônio, 204 - 88960-000
46	Taió	R. Padre Eduardo, 600 - 89190-000
47	Tangará	Av. Irmãos Piccoli, 220, salas 106/107 - 89642-000
31	Tijucas	R. Alexandre Ternes Neto, 144 - 88200-000
32	Timbó	Travessa Heinrich Eilers, 172 - 89120-000
57	Trombudo Central	R. Getúlio Vargas, 411 - 89176-000
33	Tubarão	Av. Marcolino Martins Cabral, 1315 - 88701-000
99	Tubarão	Av. Marcolino Martins Cabral, 1315 - 88701-000
42	Turvo	R. Afonso Colodel, 19, sala 2 - 88930-000
34	Urussanga	R. Vidal Ramos, 159, sala 1 - 88840-000
36	Videira	R. Saul Brandalise, 1531 - 89560-290
43	Xanxerê	Travessa Ernesto Carmelli, 55, sala 1 - 89820-000
48	Xaxim	R. Rio Grande, 653 - 89825-000

3.2.2. Código SIASG

Código: 25470.

3.2.3. Vigência

O contrato terá vigência da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.3. ITEM 3 – Prestação de serviço de visita técnica externa “in company” de agente da Contratada para realização da validação presencial na Sede do TRE/SC em Florianópolis/SC.

3.3.1. Requisitos Técnicos

#	Requisito Técnico
1	Visita técnica externa “in company” a ser realizada na Sede do TRE/SC
1.01	Compreende a contratação de serviço adicional para deslocamento de agente habilitado da Contratada à Sede do TRE/SC na cidade de Florianópolis/SC, para a realização dos procedimentos de validação e emissão de certificados digitais.
1.02	O presente item trata, tão somente, da prestação de serviço de visita externa para validação “in company” e sempre será contratado em conjunto com as respectivas unidades do Item 1 (certificados). Assim, o valor unitário deste item não deverá englobar o valor unitário do certificado, de modo a não haver duplicação de pagamento para o mesmo objeto.
1.03	As visitas técnicas deste item ocorrerão na Sede do TRE/SC em Florianópolis/SC, localizada na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, CEP 88015-130, e serão realizadas dentro do horário de expediente da Sede.
1.04	A visita externa “in company” a ser realizada na Sede do TRE/SC poderá ser aproveitada para a realização de mais de uma validação e emissão de certificados digitais, conforme quantidade previamente solicitada, até o limite de 10 (dez) validações e emissões por visita.
1.05	Como exemplo, caso 2 (dois) servidores da Sede necessitem de novos certificados, porém não podem ser ausentar do local de trabalho, o TRE/SC poderá fazer pedido de 2 (duas) unidades do Item 1 (certificados) e de apenas 1 (uma) unidade do Item 3 (visita técnica “in company” na Sede do TRE/SC), vez que ambos trabalham no mesmo endereço.
1.06	A visita técnica “in company” deverá ocorrer em um prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da solicitação, pelo usuário, da emissão do certificado digital no sistema web.
1.07	O agente da empresa Contratada deverá comparecer à Sede do TRE/SC com antecedência adequada ao início das atividades de emissão dos certificados para realização das configurações necessárias em seus equipamentos.
1.08	A eventual necessidade de utilização de equipamentos e acessórios de informática, necessários à realização de todas as atividades de validação e emissão dos certificados, deverá ser suprida pela Contratada.
1.09	Não será permitida a inclusão do computador da empresa Contratada na rede do TRE/SC e também não será permitida a utilização de qualquer equipamento do TRE/SC.
1.10	O TRE-SC não garantirá acesso à Internet no momento da visita técnica.
1.11	Na impossibilidade de comparecimento do servidor no período programado, o serviço de visita será considerado prestado e a visita poderá ser reagendada.

3.3.2. Código SIASG

Código: 25470.

3.3.3. Vigência

O contrato terá vigência da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Florianópolis, abril de 2020.

Eron Domingues <i>Integrante Demandante</i>	Josué da Silva Monteiro <i>Integrante Técnico</i>	João Batista Sarilho da Silva <i>Integrante Administrativo</i>
--	--	---



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1 Execução e Gestão do Contrato

A função de Gestor do Contrato caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Serviços de TI do TRE/SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130, telefone (48) 3251-3820 e endereço eletrônico: admsuporte@tre-sc.jus.br.

1.1 Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- I. Uma vez que se trata de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, a Contratante, considerando a demanda do período, reserva-se o direito de solicitar, a cada pedido, a emissão dos certificados em qualquer quantitativo, limitado à quantidade registrada na Ata de Registro de Preços;
- II. A Contratada deverá informar ao Gestor do Contrato, os dados de contato de representante ou área da empresa para qual serão encaminhadas e recebidas informações referentes ao controle das emissões e validações presenciais nos pontos ou nos locais de trabalho, visando a ágil e efetiva coordenação da execução dos serviços contratados entre as partes;
- III. A Contratada deverá apresentar ao Gestor do Contrato, tão logo assinada a Ata de Registro de Preços, a relação, contendo o endereço, telefone e horário de funcionamento, dos seus pontos de atendimento no estado de Santa Catarina habilitados a emitir os certificados contratados, sendo obrigatória a existência de ponto, ao menos, na cidade de Florianópolis/SC;
- IV. A Contratada deverá informar ao Gestor do Contrato sempre que houver qualquer alteração em sua rede de atendimento no estado de Santa Catarina, tais como, atualização de endereço, telefone, inclusão e exclusão de pontos de atendimento;
- V. A Contratada deverá entregar até o quinto dia útil do mês, via e-mail ao Gestor do Contrato, juntamente com a nota fiscal para faturamento, o relatório mensal de certificados digitais emitidos, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo, CPF e data da emissão;
- VI. A Contratada deverá disponibilizar Central de Atendimento para abertura e finalização de chamados de suporte técnico, pelo menos no horário das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados. A Central de Atendimento poderá ser acionada por telefone, e-mail e pela Internet. No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Contratante um número único de identificação do chamado;
- VII. Caberá à Contratada informar prontamente ao Gestor do Contrato todos os agendamentos e cronogramas de visitas e emissões, para fins de fiscalização e controle da execução contratual.
- VIII. O Gestor do Contrato informará, após o recebimento pela Contratada do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE/SC, a relação dos servidores que receberão visitas externas “in company”, por meio da contratação, pelo TRE/SC, do Item 2 e/ou do Item 3 deste



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Termo de Referência, visando o controle coordenado das emissões e validações por ambas as partes;

- IX. Somente os servidores presentes na relação enviada pelo Gestor do Contrato terão direito a receberem visitas externas “in company”, devendo a Contratada realizar a verificação antes da prestação do serviço de visita externa, ficando o TRE/SC desobrigado do pagamento de qualquer valor relativo a visita externa não autorizada previamente pelo Gestor do Contrato.
- X. A Contratada deverá disponibilizar, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE/SC, a relação de vouchers (ou instrumento equivalente) para a realização, pelos servidores, das solicitações de certificados por meio de aplicação web baseada na Internet.
- XI. A Contratada deverá conceder acesso, ao Gestor do Contrato, a aplicação web baseada na Internet, que permita o gerenciamento dos vouchers e das emissões realizadas.
- XII. A Contratada deverá disponibilizar aplicação web baseada na Internet, que possibilite ao usuário: a) informar seus dados cadastrais e solicitar a emissão do seu certificado digital pessoa física A3 ICP-Brasil; e b) agendar a data da validação presencial, optando por: i) realizar a validação em um dos pontos de atendimento da rede da AC/AR de sua escolha; ou, ii) realizar a validação presencial no seu local de trabalho, por meio de visita externa “in company” de agente habilitado da Contratada para validação e emissão do certificado.
- XIII. Caso o servidor opte pela realização da validação presencial em ponto de atendimento da rede da AC/AR, a aplicação web deverá informar as datas e horários disponíveis para o atendimento, permitindo o agendamento da data e horário escolhidos pelo servidor, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da data da solicitação.
- XIV. Caso o servidor informe que a validação presencial será no local de trabalho (visita técnica “in company”), a aplicação web deverá informar as datas e horários disponíveis para o atendimento, permitindo o agendamento da data e horário escolhidos pelo servidor. Caso a aplicação não tenha condições de informar, no momento da solicitação, automaticamente, as datas e horários disponíveis para atendimento no local de trabalho do servidor, a aplicação deverá efetivar a solicitação e a Contratada deverá entrar em contato com o servidor solicitante em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação, a fim de informar as datas disponíveis e agendar a realização da visita técnica para validação e emissão do certificado em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da data da solicitação.
- XV. Cada ponto de atendimento deverá estar plenamente apto a realizar a validação presencial, assegurando-se da existência de mídia criptográfica para possibilitar a emissão do certificado digital na data agendada pelo usuário.
- XVI. A Contratada deverá providenciar os equipamentos, os materiais e a infraestrutura - inclusive o acesso à Internet (se necessário) - indispensáveis à realização das validações e emissões dos certificados digitais, sem qualquer ônus para o TRE/SC;
- XVII. A Contratada deverá arcar com as despesas de transporte, alimentação, hospedagem e quaisquer outras envolvidas na realização da visita técnica externa do agente certificador para emissão e validação dos certificados digitais;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.2 Instrumentos Formais

Além da ata de registro de preços, será formalizado Contrato com o licitante vencedor a cada pedido de aquisição durante a vigência da ata, que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993, e pelo Decreto n. 10.024/2019.

1.3 Prazos de Garantia

A empresa contratada deverá dar **garantia de 36 (trinta e seis) meses** aos certificados digitais, a contar do aceite definitivo emitido pelo Gestor do Contrato.

A mídia criptográfica deverá ter **garantia mínima de 1 (um) ano**, contada a partir da data do recebimento definitivo. Nesse período, caso o dispositivo apresente vício, a empresa Contratada deverá realizar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação feita pela Contratante, troca do dispositivo defeituoso por outro novo, de primeiro uso, com, no mínimo, as mesmas características do objeto contratado, contendo um certificado digital pessoa física A3 ICP-Brasil válido.

1.4 Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da sua execução plena, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do Gestor do Contrato, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Gestão de Serviços de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, em conjunto ou individualmente, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

1.5 Recebimento Provisório e Definitivo

Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Serviços de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.

Os produtos serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta. Será feita a contagem de todo o quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas, e, não sendo possível verificar item a item, haverá conferência por amostragem.

- Se o valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00:
 - a) O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
 - b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.
- Se o valor total contratado ficar acima de R\$ 17.600,00:
 - a) O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

1.6 Pagamento

- Se o valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00:

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura.

- Se o valor total contratado ficar acima de R\$ 17.600,00:

O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias em favor da contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

1.7 Descumprimento Contratual

Se o licitante vencedor descumprir as condições da licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.8 Penalidades

- 1.8.1** Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o contratado que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- Não entregar a documentação exigida no edital;
- Apresentar documentação falsa;
- Causar o atraso na execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Falhar na execução do contrato;
- Fraudar a execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Declarar informações falsas; e
- Cometer fraude fiscal.
- Não entregar a amostra de produto ofertado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1.8.2** Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 1.8.1, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.
- 1.8.3** Para os casos não previstos no subitem 1.8.1 poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial desta licitação, as seguintes penalidades:
- a) Advertência;
 - b) No caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
 - c) No caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
 - d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 1.8.4** As sanções estabelecidas no subitem 1.8.1 e na alínea “e” do subitem 1.8.3 são de competência do Presidente do TRESC.
- 1.8.5** Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos objeto desta licitação, bem como eventuais substituições de produtos sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a entrega dos produtos.